



# CÂMARA MUNICIPAL DE CANARANA

## ESTADO DE MATO GROSSO

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

**PRESIDENTE:** Celsomar Sousa Morais Schwendler

**RELATOR:** Sancler da Silva Santarém

**MEMBRO:** Edilson Francisco Dourado

#### PROJETO DE LEI Nº 098/2023

Parecer com base nos artigos 52 e 61 do Regimento Interno:

#### 1. EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA:

- Projeto de Lei: " Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar as verbas da Assistência Financeira Complementar, advindas da União, destinadas ao cumprimento do piso salarial nacional, instituído pela Lei nº 14.434/2022. "

#### 2. CONCLUSÃO DO RELATOR

- Diante da leitura do presente PL assim como o parecer jurídico nº 75/2023/CMC em sua análise que diz:

"

#### 1. RELATÓRIO

Trata-se de análise solicitada pela servidora Eni Terezinha da Silva para execução de parecer jurídico acerca do Projeto de Lei nº 098/2023 que autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar as verbas da Assistência Financeira Complementar, advindas da União, destinadas ao cumprimento do piso salarial nacional, instituído pela Lei nº 14.434/2022. É o relatório. Passo a fundamentar.

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO

##### 2.1. Da Competência e Iniciativa

# CÂMARA MUNICIPAL DE CANARANA

## ESTADO DE MATO GROSSO

O projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I da Constituição Federal e no artigo 8º, inciso I da Lei Orgânica Municipal. Não havendo vício de iniciativa e competência na propositura em comento.

### 2.2. Da Tramitação e Votação

Preliminarmente, o Projeto de Lei 098/2023 deverá ser submetido ao crivo das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, Comissão de Orçamento e Finanças e Comissão de Educação, Cultura, Saúde, Assistência Social, Previdência, Esporte e Lazer. Após a emissão dos pareceres na forma regimental e a posterior inclusão na ordem do dia, a propositura deverá ser votada em turno único de discussão e votação. O quórum para aprovação será por maioria simples, conforme preceitua o art. 316, do novo Regimento Interno.

### 2.3. Da Legalidade dos Projetos

Conforme mensagem anexa, “A Lei nº 14.434, de 4 de agosto de 2022, que alterou a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, instituiu o piso nacional dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e da parteira. O Ministério da Saúde, como forma de subsidiar o pagamento, editou a Portaria GM/MS nº 1.135, de 16 de agosto de 2023, estabelecendo os critérios e procedimentos para o repasse da assistência financeira complementar da União destinada ao cumprimento do piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras. Assim, a Administração Municipal apresenta o presente Projeto de Lei a Vossas Excelências, para que o Poder Executivo Municipal seja autorizado a repassar aos profissionais de direito, os valores da assistência financeira complementar repassados pela União destinados ao cumprimento do piso salarial nacional.”

Desta forma então, o Executivo busca, por meio deste projeto de lei, a regulamentação do repasse de assistência financeira vinda da União, a fim de complementação de pagamento para alcançar o piso nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteira. Em sua substância, no entendimento desta Assessoria Jurídica, o projeto de lei em análise não viola regra ou princípio fixado pela CF/88 e leis menores, desta forma, opino pela sua legalidade, cabendo ao Egrégio Plenário apreciar o seu mérito. “

**- Assim, diante das alegações proferidas pelo parecer acima replicado, esse relator é favorável quanto ao prosseguimento do referido Projeto de Lei.**

# CÂMARA MUNICIPAL DE CANARANA

## ESTADO DE MATO GROSSO

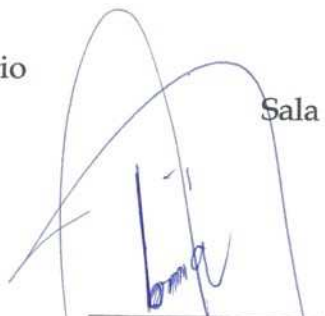
### 2. DECISÃO DA COMISSÃO:

- a) Votam pelas conclusões do relator os Vereadores:  
☐ Celsomar ☐ Edilson
- b) Votam contra as conclusões do relator os Vereadores:  
☐ Celsomar ☐ Edilson
- c) O Parecer da Comissão é  
☐ Favorável ☐ Contrário

Sala de Sessões, 31 de outubro de 2023.



Presidente



Relator



Membro